



A Importância da Gestão da Saúde Mental no Ambiente de Trabalho nas Organizações: Revisão de Literatura

Jéssica Pinheiro Leite, Olívia David Pacheco de Faria Rodrigues, Davi Torquato Dantas, Tayná Monyque Suffredini da Costa, Lisanna Pires Gomes, Emilin Rodrigues Pereira, Poliane Reis Targino Borchardt, Camila Ariete Vitorino Dias Soares, Kisley Fortes Juvêncio dos Santos, Cristiane Lira Santana, Helen Regina Santos Vitorino, Lívia Prampero, Moisés Ranay Santos Prado.

REVISÃO DE LITERATURA

RESUMO

A vivência do profissional residente em Saúde Coletiva no âmbito da Saúde Mental dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) se dá em colaboração com a equipe multiprofissional, seguindo os processos de trabalho, aplicando os princípios de gestão e interagindo com os usuários e familiares que participam das reuniões e fazem parte do dia a dia no Centro de Apoio Psicossocial (CAPS). O objetivo é destacar a importância do engajamento da comunidade e do controle social na gestão compartilhada na área da Saúde Mental. O estudo, de cunho qualitativo, baseia-se em um relato de experiência sobre a formação em Saúde Coletiva, iniciada em maio de 2019 e concluída em fevereiro de 2020. Foi feita uma análise documental das atas das reuniões entre 2016 e 2020, destacando os temas mais recorrentes, como acolhimento, debates sobre legislação, questões relacionadas à Saúde Mental, esclarecimento de dúvidas, demandas, comunicação e controle social, desafios internos, dificuldades e conquistas. Resultados e Discussão. A Reunião de Participantes, Familiares e Profissionais do Centro de Atenção Psicossocial Dr. Abdoral Machado (Crateús, Ceará) é uma ação significativa para garantir os direitos e responsabilidades, ao mesmo tempo em que é um espaço para promover a saúde e combater estigmas e preconceitos. Foram realizadas 41 reuniões, que, aliadas à experiência prática, foram essenciais para perceber que as necessidades dos participantes são tratadas de maneira justa e humanitária, com um compartilhamento de responsabilidades diante dos desafios e sucessos. Concluindo, essa experiência foi essencial para o aprendizado na prática dentro do Sistema Único de Saúde e no contexto da Saúde Mental, pois utilizou instrumentos de coparticipação e controle social para ajudar na tomada de decisões junto à equipe de gestão.

Palavras-chave: Saúde Mental, Participação, Equidade, Cidadania, Gestão em Saúde.



ABSTRACT

The experience of the Public Health resident professional within the scope of Mental Health within the Unified Health System (SUS) takes place in collaboration with the multidisciplinary team, following work processes, applying management principles and interacting with users and family members who They participate in meetings and are part of everyday life at the Psychosocial Support Center (CAPS). The objective is to highlight the importance of community engagement and social control in shared management in the area of Mental Health. The study, of a qualitative nature, is based on an experience report on training in Public Health, which began in May 2019 and concluded in February 2020. A documentary analysis of the minutes of meetings between 2016 and 2020 was carried out, highlighting the most recurrent themes, such as reception, debates on legislation, issues related to Mental Health, clarification of doubts, demands, communication and social control, internal challenges, difficulties and achievements. Results and Discussion. The Meeting of Participants, Families and Professionals of the Dr. Abdoral Machado Psychosocial Care Center (Crateús, Ceará) is a significant action to guarantee rights and responsibilities, at the same time as it is a space to promote health and combat stigmas and prejudices. 41 meetings were held, which, combined with practical experience, were essential to understand that the participants' needs are treated in a fair and humanitarian manner, with a sharing of responsibilities in the face of challenges and successes. In conclusion, this experience was essential for learning in practice within the Unified Health System and in the context of Mental Health, as it used instruments of co-participation and social control to help in decision-making with the management team.

Keywords: Mental Health, Participation, Equity, Citizenship, Health Management

Dados da publicação: Artigo recebido em 02 de Junho e publicado em 22 de Julho de 2024.

DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n7p2139-2148>

Autor correspondente: *Jéssica Pinheiro Leite*



• INTRODUÇÃO

A experiência do profissional que reside em Santa Catarina no cotidiano do trabalho possibilita refletir em conjunto, aprimorar e expandir a prática de escuta e incentivar a busca por soluções para questões dentro do próprio local de atuação.(MOREIRA e ROCHA, 2019). Outra função importante é a observância dos processos de trabalho e aplicação de conteúdos de gestão (CAMPOS, 2015).

Administração é uma área de atuação voltada para alcançar os objetivos das empresas e colaboradores. Com a inclusão de novas atribuições e novos participantes nos procedimentos de administração, surge a ideia de coadministração, que possibilita a administração participativa e adoção de recursos com abordagem expandida e estratégias de promoção da igualdade em saúde para as comunidades.(CUNHA e MAGAJEWSK, 2012; BRASIL, 2008).

No Brasil, a história da Saúde Mental caminha lado a lado com o progresso da Saúde Pública através do SUS e promove a participação da sociedade na reforma psiquiátrica. Através da organização, expansão e diversificação dos serviços disponíveis, a Saúde Mental proporciona um ambiente de cuidado completo com a criação e fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Dessa forma, a Saúde Mental segue os princípios e diretrizes do SUS e enxerga na reforma psiquiátrica a renovação do modelo de assistência e a mudança de paradigma no cuidado psicossocial. (MORAES, 2018).

As principais comprovações em relação ao conceito de Saúde Mental apontam para a importância de uma abordagem comunitária, uma rede abrangente e diversificada, o protagonismo da atenção primária em saúde, a integração dos diversos pontos de atenção, a coordenação de casos e redes que possibilitem uma organização sistêmica, institucional e clínica para um atendimento eficiente e eficaz.(TRAPÉ e CAMPOS, 2018).

Como forma de evidenciar a relevância da atuação e supervisão da sociedade perante a administração colaborativa, este estudo se justifica pela urgência de valorizar a participação ativa da comunidade no Centro de Apoio Psicossocial (CAPS), promovendo a integração e assumindo responsabilidades perante os desafios enfrentados na instituição.

• METODOLOGIA



Essa experiência começou em maio de 2019 e terminou em fevereiro de 2020. A vivência em SMC ocorreu principalmente no CAPS (Dr. Abdoral Machado), que faz parte da rede de apoio assistencial da cidade de Crateús, além de participação em eventos relacionados à Saúde Mental. No CAPS, as reuniões de Usuários, Familiares e Profissionais se destacaram, proporcionando uma troca de conhecimentos enriquecedora. Durante esse período, foi realizada uma pesquisa documental e análise das atas das reuniões para identificar a evolução desde sua criação, bem como os resultados alcançados através da colaboração dos usuários, familiares e profissionais de saúde da instituição.

• **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Apesar dos avanços na conquista de direitos e na mudança de atitudes em relação à saúde mental, é possível observar, na história, a restrição do acesso a usuários e suas famílias (AMARANTE e NUNES, 2018). De acordo com Silveira e colaboradores (2014), a participação ativa é fundamental para resolver problemas e tomar decisões em políticas de saúde, no entanto, a compreensão da importância da participação e do controle social na área da saúde mental ainda é vista com distanciamento e subvalorização nos espaços dedicados ao exercício da cidadania, seja pelos usuários, familiares, profissionais ou gestores.

A Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, institui a RAPS para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. Dentre os principais componentes da RAPS estão as Unidades Básicas de Saúde, Equipes de Consultório de Rua, Centros de Convivência, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Hospital, Serviços Terapêuticos e as diferentes modalidades de CAPS (BRASIL, 2011).

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) é o órgão responsável por oferecer acolhimento, acompanhamento especializado, organização da saída e continuidade do cuidado, além de participar ativamente da articulação entre diferentes setores para facilitar a reintegração do usuário na sociedade. O CAPS funciona por meio de uma extensa rede de profissionais de diversas áreas, com foco em serviços comunitários, com a participação e supervisão dos usuários e seus familiares. (BRASIL, 2011).

Para assegurar a prática da cidadania, a independência e a liberdade dos indivíduos, a reunião de Usuários, Familiares e Profissionais do CAPS (Dr. Abdoral Machado) representa uma iniciativa relevante para valorizar os direitos e



responsabilidades, além de ser um ambiente para promover a saúde e lutar contra estigmas e preconceitos. É válido ressaltar que, antes dessas reuniões serem estabelecidas como uma Assembleia, já existiam grupos com grande potencial no gerenciamento, participação e engajamento da comunidade.

O levantamento de informações incluiu o registro em documento de todas as reuniões realizadas desde maio de 2016, totalizando quarenta e um encontros da Assembleia até janeiro de 2020. As reuniões ocorreram mensalmente, exceto por algumas alterações no cronograma e rotina da organização. Os encontros foram conduzidos por profissionais da área da saúde, principalmente do Serviço Social. Para a definição de tópicos específicos, ocasionalmente estavam presentes a coordenação do CAPS, membros do Conselho Municipal de Saúde e profissionais engajados em promover a participação dos usuários na busca por autonomia diante da discussão e resolução de questões.

Com base na análise das informações disponíveis, foi identificada a atenção dos especialistas em satisfazer as demandas dos clientes de maneira justa e imparcial. Os especialistas encarregados de coordenar as reuniões preparavam previamente os assuntos a serem debatidos e elaboravam material apropriado, visando abarcar as peculiaridades de cada indivíduo, seja em termos educacionais, sociais, físicos e funcionais, ou em diversos níveis de conhecimento diferentes.

Os temas a serem abordados na reunião são decididos antecipadamente, visando orientar os debates e alcançar os melhores desfechos diante dos desafios identificados. No ano de 2016, os primeiros encontros tiveram como objetivo esclarecer a relevância da reunião e sua importância no contexto do CAPS, além de estabelecer, por meio de votação, o dia e horário mais conveniente para todos os envolvidos.

Temas como, mudança na saúde mental, batalha contra o manicômio, evolução do Sistema Único de Saúde, atualização de dados e cartão do SUS, metas do Centro de Atenção Psicossocial, nível de urgência para atendimento, serviços de saúde locais, diagrama da rede de cuidados de saúde secundária, valor do voto responsável e interpretação das leis 10.216/2001 (que trata da defesa e dos direitos das pessoas com distúrbios mentais e reformula o modelo de assistência em saúde mental) e 11.340/2006 (estabelece medidas para combater a violência doméstica e familiar contra a mulher) foram abordados em reunião e serviram de base para as demandas.

Questões internas como problemas na infraestrutura, demoras no atendimento e escassez de especialistas afetaram a gestão do trabalho e a qualidade dos serviços



prestados. Os participantes da reunião entenderam a importância de comparecer e se unir em prol de melhorias. A prioridade identificada e, conseqüentemente, o maior avanço, está relacionada à renovação do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Os usuários formaram um grupo e redigiram uma carta para ser entregue ao gabinete do prefeito, solicitando aprimoramentos em toda a estrutura do CAPS.

Em 2016, um projeto foi iniciado e apenas em 2018, após várias tentativas, os pedidos da Assembleia foram finalmente atendidos. Além disso, os usuários solicitaram a presença de um médico psiquiatra, uma maior variedade de medicamentos na farmácia, um motorista exclusivo para o CAPS, além de lanches e refeições. Eles também expressaram insatisfação com o funcionamento inadequado das ouvidorias do município, que não dão retorno sobre as demandas relatadas.

Realizam isso através de depoimentos na Sala de Espera e em estações de rádio locais, já foram convidados para discutir sobre Saúde Mental. Os profissionais que conduzem as reuniões ressaltaram a importância de todos terem voz nesse ambiente democrático, elogiando sua constância, interesse e envolvimento com os temas que afetam a todos. Da mesma maneira, são encorajados a participar das reuniões mensais do Conselho Municipal de Saúde, um espaço crucial para engajamento e controle social, porém com pouca representatividade no que diz respeito às peculiaridades da Saúde Mental.

Segundo Oliveira e Teixeira (2015), O engajamento nas instituições de controle social é evidenciado por diversos obstáculos que podem estar relacionados à ausência de costume e de educação cívica, assim como às complicações organizacionais e estruturais dos comitês. Os autores também destacam que as discussões sobre a Política de Saúde Mental realizadas nos locais de conselhos, conferências e órgãos regionais tinham o intuito de promover a democracia, porém não tiveram impacto na tomada de decisões pela administração.

Os indivíduos, engajados na prática da cidadania, defendem e destacam a urgência de assistência médica diária, assim como uma maior variedade de remédios na farmácia, transporte para passeios e pontualidade nos encontros, eventos e grupos do CAPS. De acordo com Moreira e Rocha (2019), está evidente a retirada de direitos e o movimento de desmantelamento do SUS em andamento no Brasil. Atitudes que, juntamente com as práticas de cuidado fragmentadas, a falta de coordenação entre os serviços, a centralização da medicalização, a falta de processos democráticos de



trabalho e de participação e controle social, aproximam os serviços substitutivos em saúde mental do antigo modelo manicomial.

As vitórias da Saúde Pública são resultados de uma batalha intensa e fortalecimento da participação social, como mencionado por Silveira e colegas (2014). Eles afirmam que a participação ativa somente é alcançada por meio da educação política dos usuários e profissionais que ocupam lugares voltados para o entendimento, fiscalização e melhoria dos serviços de saúde e da comunidade como um todo.

• CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES

Ao considerar que o cuidar em Saúde Mental inclui as dimensões afetivas, éticas, ideológicas e políticas, a gestão do cuidado como norteadora das práticas inovadoras, permite a sustentabilidade de uma prática necessária para a consolidação e resolutividade da vida social dos usuários (PESSOA *et al.*, 2018).

O objetivo dessa experiência foi evidenciar a participação ativa dos profissionais, usuários e familiares no CAPS, destacando a relevância de tomarem decisões com base nas principais demandas identificadas. A presença dos usuários e familiares nas Assembleias proporcionou a integração na rotina dos serviços e da instituição, além do compartilhamento dos desafios enfrentados e da busca coletiva por soluções.

A participação conjunta leva em consideração diferentes perspectivas e conhecimentos, desempenhando um papel crucial na definição de estratégias e prioridades e contribuindo de forma efetiva para o processo de tomada de decisão por parte dos responsáveis pela coordenação e gestão. Essa experiência foi extremamente valiosa para o desenvolvimento profissional e aprimoramento na trajetória da SC, pois incorpora em suas práticas a troca de ideias e ações da comunidade no âmbito da Saúde Mental.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. NUNES, M. O. A reforma psiquiátrica no Sistema Único de Saúde e a luta por uma sociedade sem manicômios. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 2067-74, 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em



<<planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110.216.htm>> Acesso em 02 de fevereiro de 2020. Brasília, 2001.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em <<planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>> Acesso em 02 de fevereiro de 2020. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **HumanizaSUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS/** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – 4 ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. (Série B. Textos Básicos da Saúde).

BRASIL. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011.** Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html>> Acesso em 22 de janeiro de 2020. Brasília, 2011.

CAMPOS, G. W. S. **Um método para análise e cogestão de coletivos.** 5ª ed. Editora Hucitec, São Paulo, 2015.

CUNHA, P. F; MAGAJEWSK, F. Gestão participativa e valorização dos trabalhadores: avanços no âmbito do SUS. **Saúde Coletiva**, v. 21, s. 1, p.71-79, São Paulo, 2012.

LACERDA, P. **RHS Rede Humaniza SUS.** O que é Acolhimento? Disponível em <<<http://redehumanizasus.net/94777-o-que-e-acolhimento/>>> Acesso em 02 de fevereiro de 2020. Brasília, Publicado em junho de 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).** Disponível em <<<http://www.saude.gov.br/noticias/693-acoes-e-programas/41146-centro-de-atencao-psicossocial-> HYPERLINK "<http://www.saude.gov.br/noticias/693-acoes-e-programas/41146-centro-de-atencao-psicossocial-%20caps>" caps>> Acesso em 02 de fevereiro de 2020. Publicado em julho de 2017.

MORAES, P. L. M. Percepção fenomenológica dos profissionais do Centro de Atenção Psicossocial(CAPS): vivências e desafios da prática em saúde mental. **Dissertação (Mestrado)**, Universidade Federal Fluminense, Mestrado Acadêmico em Ciências do Cuidado em Saúde, Niterói, 2018.

MOREIRA, R. M. ROCHA, K. B. O trabalho na gestão dos serviços substitutivos de saúde mental: aproximações entre Saúde Coletiva, Saúde Mental e Psicanálise. **Revista de Saúde Coletiva**, v. 29, n. 2, p. 1-20, 2019.

OLIVEIRA, T. A. TEIXEIRA, C. F. Participação das instâncias de controle social na Política de Saúde Mental da Bahia, 2001-2013. **Saúde em Debate**, v. 39, n. especial, p. 132-144, 2015.

PESSOA, K. L. V. et al. Gestão do cuidado e interdisciplinaridade: desafios do cotidiano da atenção psicossocial. **Revista de Saúde Pública**, v. 20, n. 6, p. 692-98, 2018.

SILVEIRA, A. R. BRANTE, A. R. S. D. STRALEN, C. J. Práticas discursivas na participação social em saúde mental. **Saúde Debate**, v. 38, n. 103, p. 783-93, 2014.



TRAPÉ, T. L. CAMPOS, R. T. U. COSTA, K. S. Rede de Atenção à Saúde Mental: estudo comparado Brasil e Catalunha. **Revista de Saúde Coletiva**, v. 28, n. 4, p. 1-19, 2018.